



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM OLHAR DIFERENCIADO SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

Ivani de Lima Bezerra

Lidiane Quirino Ramalho

UEPB UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA

ivanidelima_silva@hotmail.com

irda@hotmail.com

RESUMO

Correntes pedagógicas presentes na literatura científica tem alertado para o significado da relação professor e aluno em sala de aula e como as posturas pedagógicas adotadas pelo professor influenciam diretamente o processo de aprendizagem. Nesse sentido, uma pesquisa sobre a prática pedagógica utilizada pelos professores que contemple as especificidades dos alunos se *justifica* pela necessidade de reconhecer o outro como igual enquanto cidadão que goza de direitos e deveres e diferente, enquanto necessidade de estratégias adequadas para apreensão de conhecimentos estabelecidos pelas instituições de ensino. Esse artigo tem como objetivo geral analisar a formação dos professores para receber em suas salas de aula crianças portadora de deficiências, nos aspectos teóricos, práticos e estruturais. Na expectativa de realizar uma pesquisa consolidada em teorias profundamente relevantes as ideias de Aranha(2002), Masseto(2003), Sassaki(2010) subsidiaram as discussões. No entanto, a aplicação de um questionário com professores da rede pública de ensino foi necessário para mensurar as expectativas e apreensões dos que lidam diretamente com a inclusão. O uso de uma pesquisa exploratória e de campo favorece uma análise mais detalhada sobre a política de inclusão social e escolar. Os resultados apontam que a escassez de formação dos professores, e dos demais profissionais da educação, compromete a inclusão e, conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem. Um número significativo de escolas dispõe de instrumentos pedagógicos que supostamente colaboram com a inclusão, mas os relatos apontam que sua operacionalização acontece de forma insípida e duvidosa. No entanto, uma parcela dos professores aponta para possíveis mudanças, desde que políticas públicas de inclusão direcionem sua atenção para essa temática.

Palavras-chave: Formação, Professor, Aluno, Inclusão.

ABSTRACT

A research on the pedagogical practice used by teachers that addresses the specificities of students is justified by the need to recognize the other as equal as citizen enjoys rights and duties and different, while the need for appropriate strategies for seizure of knowledge established by educational institutions . This article has as main objective to analyze the training of teachers to receive in their classrooms children carrier deficiencies in theoretical and practical aspects. In anticipation of performing a consolidated research deeply relevant theories, Oliver's ideas (2011), Relvas (2015) and Fonseca (2016), are highlighted in this study. The use of an exploratory research and field favors a more detailed analysis of the social and educational inclusion. The results show that the lack of training of teachers committed to inclusion and consequently the process of teaching and learning, compromising the integral formation of the subject.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



Keywords: Training. Teacher. Student. Included

INTRODUÇÃO

O debate sobre a inclusão vem ganhando destaque em meio a publicações, periódicos e nas redes sociais. No entanto, o professor continua a sofrer com as dificuldades e as implicações que é receber um aluno deficiente em sua sala de aula. Mendes (2010) destaca que foi a partir de 1990 se consolidou o discurso da educação inclusiva, dando destaque para as políticas que garantem a igualdade de direito para todos.

Ao lado dessas dificuldades surge o seguinte questionamento: como o professor da Educação Básica tem se preparado para acolher e, principalmente, inserir esses alunos no processo de ensino e aprendizagem?

Esse artigo tem como objetivo geral analisar a formação dos professores para receber em suas salas de aula crianças portadoras de deficiência. Busca conhecer práticas de ensino adotadas pelos professores que superem as limitações dos deficientes durante as aulas. Pretende investigar as políticas públicas para a educação nos últimos dois anos. Procura conhecer como os professores têm realizado seus estudos, individuais ou coletivos, sobre inclusão.

Na expectativa de realizar uma pesquisa consolidada em teorias, profundamente relevantes, as ideias de Aranha (2002), Masseto(2003) Sasaki(2010), ganham destaque nesse estudo. Para a concretização dos objetivos propostos, surgiu a necessidade do uso de um questionário para ser aplicado com professores da Educação Básica, da rede pública de ensino..

O trabalho se justifica pela inquietação que há em pontuar as reais dificuldades que o professor enfrenta quando recebe uma criança portadora de deficiência. É preciso alertar as universidades e o poder público no sentido de garantir formação efetiva de professores que possam atuar em sala de aula, garantindo o pleno desenvolvimento dos seus alunos.

1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA MUDANÇA DE PARADIGMAS

Nota-se uma preocupação maior no que diz respeito ao preparo dos professores para atender crianças com comportamentos singulares e, desse modo, promover uma integração



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

social e escolar. De acordo com os escritos de Sasaki (2010, p.172)

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas esforços. Fortalece atitude de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância de pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

Logo, no espaço escolar, o professor deve ter um olhar especial, para todos de modo que, aqueles com limitações, não se sintam excluídas dos demais alunos, trabalhando a igualdade entre os cidadãos, onde todos possam interagir e dialogar em um mesmo grupo social.

Com a criação do Centro Nacional de Educação (CENESP/ MEC), em Julho de 1973, o primeiro órgão responsável pela formulação e acompanhamento de uma política de Educação Especial, em âmbito nacional, começa a ocorrer à criação de setores especializados nas secretarias de educação. Isso trouxe como consequências a implantação do atendimento educacional para alunos então considerados “excepcionais” também em escolas regulares e municipais.

Para tanto, várias ações foram programadas nessa área considerando prioritárias, voltadas para preparação e atualização docentes e técnicos atuantes na educação especial, em todo o país. Assim como a capacitação de profissionais em universidades surge de modo a atender a formação de agentes multiplicadores, com vistas a implementação e manutenção de cursos de licenciatura em instituições de ensino superior. (BRASIL, 1985).

A preocupação, no entanto, é como esta sendo desenvolvido esse ensino e de que forma esse processo esta sendo acompanhado no contexto escolar dentro das salas regulares e, dessa forma, perceber se realmente essa inclusão está sendo integrada socialmente em âmbito escolar.

1.1 Uma educação inclusiva com igualdade disciplinar

Na resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, referencia à inclusão e a formação de professores, assim, esses docentes devem estar aptos para receber e incluir esses alunos com



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

igualdade nas disciplinas observando com olhar especiais essas crianças, para que elas não se sintam desmotivadas a aprender, vendo potenciais de aprendizagem.

Desse modo, evidencia-se que apesar da existência da portaria nº 1.793/ 94 e das resoluções do CNE, muitas instituições de ensino superior não se estruturaram no sentido de oferecer disciplinas e/ ou conteúdos relativos ao tema nos seus cursos de licenciatura, enquanto que outras o fazem de maneira precária, através da oferta de disciplinas eletivas, ou com carga horária reduzida, ministrada de maneira aligeirada, o que não favorece a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de destrezas, habilidades e atitudes relativas ao processo de atendimento à diversidade dos educandos .(MARTINS, 2010).

A formação do profissional de ensino de educação básica deve está alicerçada em uma teoria que contemple a inclusão efetiva dos sujeitos, está formação parte do princípio do aprimoramento do conhecimento e da prática para atender com qualidade seus discentes, dando-lhes a possibilidade de interagir e desenvolver suas capacidades sem limitações.

Segundo RAMALHO e BELTRÂN NUNES (2011, p. 73), este tipo de formação é mais que instrução ou aprendizagem de conhecimentos e formação de habilidades e de competências, pois inclui, entre outras coisas, interesses, necessidades, intenções, motivações, caráter, capacidades, condutas, crenças, atitudes e valores é o tipo de atividade que o professor se apropria da cultura profissional e modificada elementos chaves do seu agir profissional, de forma a influenciar no desenvolvimento profissional.

PESQUISA DE CAMPO

Esse trabalho tem como público alvo professores da rede pública de ensino e que atual na rede regular de ensino. A escola desses sujeitos se deu pelo fato da sua relação direto com os alunos em sala de aula. Acredita-se que a possibilidade de professor contribuir para o processo de inclusão depende, diretamente, da sua relação com esses sujeitos.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de ensino, visando a observação direta dos sujeitos envolvidos. A escola do campo se justifica pelo ideal de igualdade preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/94), quando prega a igualdade de acesso e permanência de todos na rede regular de ensino.

O uso de um questionário semiestruturado possibilitou a operacionalização das respostas que, conseqüentemente foram analisadas, obtendo assim resultados que servem



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

como análise das propostas de educação inclusiva para as escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos entrevistados 70% afirmaram ter cursos de especialização; 25% terminaram suas graduações; 5% conseguiram concluir o mestrado. Percebe-se a ampliação dos níveis de escolaridades dos professores, o que nos leva a pensar que quanto mais formação, mais segurança teórica e prática para lidar com o público estudantil. Segundo Libâneo (2000) a formação do professor abrange duas dimensões a teórica e a prática.

Todos os entrevistados atuam na rede pública de ensino, desses 60% tem entre 5 a 10 anos de sala de aula, outros 50% estão atuando a mais de 20 anos e 10% trabalham entre 15 a 20 anos. As experiências determinadas pelo tempo de sala de aula permitem que o professor consolide sua prática e acompanhe as mudanças sociais e culturais que condicionam o sujeito. Masseto (2003) nos aponta que as estratégias usadas nas escolas são maneiras de decidir sobre os conjuntos de disposições, ou seja, os meios que os docentes utilizam para facilitar a aprendizagem do docente.

A temática sobre a inclusão parece inquietar 90% dos entrevistados, o que significa a relevância de fazer com que a escola discuta abertamente sobre suas potencialidades e implicações para acolher os alunos e suas especificidades. Outros 90% afirmaram terem sido preparados durante sua formação para lidar, efetivamente, com pessoas portadoras de deficiência. Essa informação implica em dizer que, parte significativa dos professores, está pronta para atender a um público com características específicas e suas limitações.

A inclusão vai além de receber de identificar as diferenças e coloca-las nas salas de ensino regular. Nesse sentido, Aranha (2002) propõe que inclusão significa afiliação, combinação, compreensão, envolvimento. Um professor que (re)significa suas metodologias, demonstra capacidade que o diferente em sala de aula não é o que impede que a aula aconteça, mas a falta de políticas de inclusão escolar e social fazem com que o aluno ingresse na escola, mas não chegue a concluir o ensino Fundamental.

Instrumentalizar a escola é algo que vai além do desejo de fazer uma escola acolhedora. Através de políticas públicas voltadas para ampliação e reforma da escola será capaz de consolidar o processo de inclusão de pessoas portadoras de deficiência. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) propõe uma meta audaciosa na perspectiva da inclusão.



Universalizar a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A busca por informação possibilita que os profissionais repensem sua prática pedagógica, o artigo mostra que 100% dos profissionais recorrem as informações contidas em livros, revistas e internet. Um olhar mais observador possibilita a escolha de publicações sérias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostra que ter uma formação conceitual sobre inclusão, não significa, necessariamente, que a prática pedagógica será imediatamente reformulada. Nesse sentido, algumas considerações precisam ser feitas. Em primeiro lugar o próprio conceito de inclusão precisa ir além do acesso e permanência dos deficientes na rede regular de ensino. Em segundo lugar, o docente tem sob sua responsabilidade o desafio de pesquisar e efetivar ações que possibilitem condições de ensino que favoreça as múltiplas competências, habilidades e limitações. Os resultados mostram que os professores não estão preparados para inclusão, apesar de considerarem a urgência da viabilização de estratégias que resultem em um ensino para os diversos tipos de aprendizagem.

Criar possibilidades para que os profissionais da educação (professores, diretores, supervisores, coordenadores pedagógicos, psicopedagogos) possam atender toda uma demanda de alunos com suas especificidades é o ponto de partida para que o professor possa refletir sobre suas práticas de ensino. Esses profissionais precisam estar preparados para e com as diversidades culturais, éticas, religiosas, raciais...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. Temas em psicologia, v, 2, p, 63-70, 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** (2004-2024). Lei nº 13.005, de 25 de 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

MASSETO, Marcos Tarcísio. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da Educação Especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, vol.22, num.57, mayo-agosto, 2012.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf aceso em 08/06/2016 15:38.

<http://static.scielo.org/scielobooks/3hs/pdf/sampaio-9788523209155.pdf> aceso em 10/06/2016 16:24.

QUESTIONÁRIO PARA SER APLICADO COM OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Nível de formação:

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

- Graduado
 - Especialista
 - Mestre
 - Doutor
2. Instituição em que atua:
- Pública
 - Privada
 - Filantrópica
 - Confessional
3. Tempo de atuação em sala de aula:
- Entre 5 a 10 anos
 - Entre 10 a 15 anos
 - Entre 15 a 20 anos
 - Entre 20 a 30 anos
4. A inclusão escolar é um tema que o(a) inquieta?
- Sim
 - Não
5. Durante sua formação acadêmica houveram estudos ou disciplinas que abordavam a inclusão escolar?
- Sim
 - Não
6. Esses estudos o(a) levaram a uma prática efetiva em sala de aula com crianças portadoras de algum tipo de deficiência?
- Sim
 - Não
7. A instituição que você trabalha oferece instrumentos de ensino adequados para portadores de deficiência?
- Sim
 - Não



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

8. Que fontes de pesquisas são usadas por você para o estudo sobre inclusão?

9. Como os professores poderiam ser preparados para receber crianças portadoras de deficiência em suas salas de aula?
